Flórida proíbe redes sociais a menores de 14 anos

Para especialistas, crianças e pré-adolescentes não têm maturidade emocional suficiente para evitar riscos on-line, por isso faz sentido que Estado tente agir. Mas há quem afirme que o melhor seria educar sobre o uso das plataformas

LETYCIA CARDOSO
letycia.cardoso@oglobo.com.br

O governador do estado americano da Flórida, Ron DeSantis, do Partido Republicano, sancionou ontem uma lei que proíbe que redes sociais criem perfis para menores de 14 anos. A legislação ainda exige que as plataformas obtenham a permissão dos pais antes de autorizar contas para usuários de 14 e 15 anos. As que já existem e não cumprem esses requisitos deverão ser encerradas.

Essa é a mais restritiva de várias medidas adotadas nos Estados Unidos para proteger os jovens dos possíveis perigos das redes sociais, que vão desde danos à saúde mental até falta de segurança. A nova regra, no entanto, traz questionamentos sobre onde termina o poder do Estado e onde começa a liberdade dos responsáveis em permitir que crianças acessem ou não Facebook, Instagram e TikTok, entre outras plataformas.

Para o pediatra e sanitarista Daniel Becker, que também é colunista do GLOBO, essa medida deveria ser adotada em outros lugares, inclusive no Brasil. Ele afirma que o uso da internet por adolescentes que ainda não têm maturação emocional suficiente, nem pensamento crítico formado, pode causar transtornos como depressão e até levar ao suicídio:

— Para eles, a internet é como se fosse eletricidade, quando não estão com aparelho, é como se tudo se apagasse. Os pré-adolescentes precisam viver sem o celular, brincar, brigar, resolver conflitos.

Já Filipe Medon, professor e pesquisador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio, não nega que o acesso de crianças à internet sem supervisão possa ser perigoso, já que elas podem ficar expostas tanto a "predadores infantis", como pedófilos, quanto a desafios imprudentes, como os que incitam a automutilação. Mesmo assim, ele avalia que proibir as redes para menores de 14 anos não é solução ideal.

Além de citar o desafio de estabelecer uma limitação regional, já que a nova lei só é aplicável à Flórida, Medon aponta que, para evitar que as crianças mintam a idade para viabilizar o acesso, as plataformas terão de fazer um rastreio muito maior de dados para identificar possíveis fraudes, o que esbarra em questões de privacidade. Para ele, a melhor solução seria investir em tecnologia para monitoramento das crianças e adolescentes nas redes, evitando *bullying* e outras práticas.

— Essa nova lei surge em um contexto eleitoral, em um estado republicano, e em um momento de uma maior busca pela responsabilização das plataformas. Mais importante que limitar seria ensinar a usar de forma responsável — diz Medon. — O problema é que muitas crianças são nativas digitais, mas os pais não são. Torna-se uma missão compartilhada com o Estado garantir que as pessoas tenham educação midiática.

MICHAEL M. SANTIAGO/GETTY IMAGES VIA AFP

Sem redes sociais? A eficácia da lei dependerá da capacidade de fiscalização e implementação por parte das autoridades e das plataformas, diz analista

> "Os pré-adolescentes precisam viver sem o celular, brincar, brigar, resolver conflitos"
>
> **Daniel Becker,** pediatra

> "Alguns jovens podem desenvolver um comportamento de vício em relação às redes"
>
> **Marcella Bianca,** CEO do Instituto do Cérebro

SEGURANÇA COLETIVA

Gustavo Teixeira, psiquiatra e sócio-fundador do CBI of Miami, do Grupo Primum de Educação Médica, também avalia que muitos pais não sabem lidar com internet nem conhecem os riscos inerentes ao uso precoce das redes sociais. Por isso, não conseguem impor limites aos filhos. Para ele, seria papel do Estado impor restrições que protegessem as crianças.

Becker afirma ainda que, numa fase em que é natural que os adolescentes se afastem dos pais para buscar a sua própria "turma de amigos", as redes sociais mimetizam o pertencimento a um grupo, por meio de likes e comentários. E os algoritmos deixam a criança cada vez mais focada em determinados tópicos. Por exemplo, uma menina que não se sente à vontade com o próprio corpo — algum comum na adolescência, uma fase de transição —, pode receber cada vez mais fotos de modelos macérrimas e vídeos de dietas restritivas, levando-a a um quadro de anorexia ou bulimia, diz.

A neuropsicóloga Marcella Bianca, CEO do Instituto do Cérebro, acredita que políticas como a adotada na Flórida não substituem a responsabilidade dos pais, mas complementam seus esforços, ajudando a criar um ambiente on-line mais seguro para os jovens. Para ela, a preocupação com o impacto das redes sociais na saúde mental, no desenvolvimento cognitivo e na segurança dos jovens deve ser coletiva:

— Alguns jovens podem desenvolver um comportamento de vício em relação às redes sociais, o que pode interferir em suas atividades escolares, sociais e até mesmo físicas. Além disso, o constante consumo de um conteúdo focado em aparências e comparações sociais pode impactar negativamente a autoestima e a autoimagem dos jovens.

IMPULSO PARA MUDANÇA

Antonielle Freitas, advogada especialista em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados no escritório Viseu Advogados, concorda que a proteção das crianças on-line deve ser uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, os pais e as plataformas. A regulamentação das redes sociais para crianças poderia ser vista, afirma, como uma extensão da proteção infantil em outras áreas, como televisão e videogames.

Juan Las Casas, gerente sênior da consultoria BIP Xtech, ressalta que a eficácia da lei dependerá da capacidade de fiscalização e implementação por parte das autoridades e das próprias plataformas. E diz que a nova legislação pode acarretar mudanças nessas companhias:

— A legislação nos EUA pode levar empresas de tecnologia a reavaliarem suas políticas de privacidade e proteção de dados em todo o mundo, incluindo no Brasil.

Cade aprova operação de fusão entre Arezzo e Grupo Soma

Órgão avalia que não haverá prejuízo à concorrência no setor das empresas

GERALDA DOCA
geralda@oglobo.com.br
MARIA LUIZA FARIA

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, sem restrições, a fusão entre Arezzo e Grupo Soma, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. O negócio foi anunciado pelas empresas no início de fevereiro e envolve um faturamento de cerca de R$ 12 bilhões. A decisão da autarquia deverá ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Há ainda um prazo de 15 dias, a partir da publicação, para que outras empresas ou conselheiros possam recorrer da decisão ao Tribunal do Cade. Caso não haja recurso, a decisão é considerada plena.

PROCESSO DE ATÉ 3 ANOS

No despacho, o Cade concluiu que a operação não acarreta prejuízo ao ambiente concorrencial, por avaliar que a participação das empresas no mercado é pequena. O texto afirma ainda que concorrentes relevantes continuarão a exercer pressão após a fusão, citando, entre outros, Riachuelo, C&A, Renner, InBrands, Zara e NK Store.

"As barreiras à entrada de novos concorrentes são reduzidas em todos esses mercados, tanto é assim que tem se observado, nos últimos anos, o ingresso de diversos *players* nacionais e estrangeiros nos mercados de calçados, vestuário e acessórios", disse o Cade.

A Arezzo tem foco na fabricação e venda de calçados e bolsas, mas atua também no segmento de vestuário e acessórios no Brasil, nos Estados Unidos e na Itália.

Atualmente, o grupo detém as marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Alme, Reserva, Baw Clothing, Carol Bassi, Vicenza, Paris Texas, Reversa, Brizza e Vans. Além disso, por meio das plataformas ZZ Mall e Troc.com.br, opera um *marketplace* digital.

Já o Grupo Soma atua principalmente no comércio de vestuário e, de forma secundária, no de calçados e acessórios. É dono das marcas Animale, Farm, Fábula, Foxton, Cris Barros, Maria Filó, NV, Hering e Dzarm. Também opera um *marketplace* por meio da marca Off Premium.

O processo de absorção da operação do Soma pela Arezzo, avalia Ana Paula Tozzi, sócia e líder da AGR Consultores, pode levar até três anos para ser concluído:

— São duas empresas com muitas marcas, tem a logística, uma indústria (Hering), além de centros de distribuição, sinergia de clientes. Somente para colocar todos integrados em uma mesma plataforma de tecnologia pode levar um ano. (*Colaborou Glauce Cavalcanti*)

NICOLAS CALLIGARO/DIVULGAÇÃO

Fusão. Marcelo Bastos, Alexandre Birman, Kátia Barros, Roberto Jatahy e Rony Meisler

INDICADORES

IBOVESPA

-0,05% no dia

+0,97% em fevereiro

DÓLAR

	COMPRA R$	VENDA R$
Comercial (Ptax)	4,9864	4,9870
Turismo esp. (BB)	N D	5,13
Turismo esp. (Bradesco)	N D	5,18
EURO		
Comercial (Ptax)	5,3583	5,4009
Turismo esp. (BB)	N D	5,57
Turismo esp. (Bradesco)	N D	5,61

OUTRAS MOEDAS

	VENDA R$
Libra esterlina	6,2850
Franco suíço	5,5069
Iene japonês	0,0328
Peso argentino	0,0058
Peso chileno	0,0050
Yuan chinês	0,6896

Outras moedas estrangeiras podem ser consultadas nos sites www.ae.com/uae e www.oanda.com.

ÍNDICES

IPCA-IBGE (12/03=100)		MÊS	ANO	12 MESES
Fevereiro	6858,17	0,83%	1,25%	4,50%
Janeiro	6801,72	0,42%	0,42%	4,51%

IGP-M FGV (01/94=100)		MÊS	ANO	12 MESES
Fevereiro	1139,061	-0,52%	-0,49%	-3,76%
Janeiro	1124,879	0,07%	0,07%	3,32%

IGP-DI FGV (01/94=100)		MÊS	ANO	12 MESES
Fevereiro	1098,095	-0,41%	-0,67%	-4,04%
Janeiro	1102,571	-0,27%	-0,27%	-3,62%

POUPANÇA

ATÉ 03/05/12	
23/04	0,5517%
24/04	0,5873%
25/04	0,6132%
A PARTIR DE 04/05/12	
22/04	0,5342%
23/04	0,5517%
24/04	0,5873%
25/04	0,6132%

TR

19/03	0,0595%
20/03	0,0935%
21/03	0,6228%
22/03	0,0340%
23/03	0,0534%
24/03	0,0869%
25/03	0,1125%
SELIC	**10,75%**

UFIR/RJ

Março
R$ 4,3125

UFIR (estado)

Março
R$ 1,0641

UNIF

A Unif foi extinta em 1996. Cada Unif vale 25,08 Ufir (também extinta). Para calcular o valor a ser pago, multiplique o número de Unifs por 25,08 e depois pelo último valor da Ufir (R$ 1,0641). (1 Ufer = 44,2655 Ufir/RJ)

IMPOSTO DE RENDA

Março de 2024

BASE DE CÁLCULO (R$)	ALÍQUOTA	A RECEBER*
Até 2.259,20	Isento	-
De 2.259,21 a 2.826,65	7,5%	R$ 169,44
De 2.826,66 a 3.751,05	15%	R$ 381,44
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5%	R$ 662,77
Acima de 4.664,68	27,5%	R$ 896,00

Deduções: a) R$ 189,59 por dependente; b) para aposentados, pensionista e transferidos para a reserva com 65 anos ou mais: R$ 1.903,98; c) contribuição mensal à Previdência; d) pensão alimentícia. *A tem direito somente às deduções, podendo ser usado desconto mensal de R$ 564,80. Obs.: para calcular o imposto a pagar, aplique a alíquota à base de cálculo e a parcela correspondente à faixa. A cota única ou a 1ª parcela do IR 2024 vencem em 31 de maio

INSS

Março de 2024

Trabalhador assalariado	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA (%)
Até 1.412,00	7,5
De 1.412,01 a 2.666,68	9
De 2.666,69 até 4.000,03	12
De 4.000,04 até 7.786,02	14

Percentuais incidentes de forma não cumulativa (artigo 22 do regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social)

Trabalhador autônomo

Para o contribuinte individual e facultativo, o valor do contribuição deverá ser de 20% do salário-base. Contribuição mensal mínima de R$ 282,40 (para o plano de R$ 1.412,00) e máxima de R$ 1.557,20 (para o teto de R$ 7.786,02).

SALÁRIO MÍNIMO	FEDERAL	RJ*
Março*	R$ 1.412,00	R$ 1.238,11

* Piso para o empregado doméstico, entre outros.

OUTROS ÍNDICES

BOLSA DE VALORES:
Cotações diárias de ações, evolução dos índices: Ibovespa e IVBX-2: www.b3.com.br

CDB/CDI/TBF:
www.anbima.com.br
www.cetip.com.br

Taxa Básica Financeira (TBF):
www.bcb.gov.br Clicar em "Estatísticas" e, posteriormente, em "Séries temporais"

FUNDOS DE INVESTIMENTO:
www.anbima.com.br Clicar em "Fundos de investimento"

IDTR: www.tesouro.gov.br Clicar na barra "Serviços" e, posteriormente em FAJ-TR. Selecionar o ano e o mês desejados

ÍNDICES DE PREÇOS:
FGV: www.fgv.br IBGE: www.ibge.gov.br
Anbima: www.anbima.com.br